

HABEAS CORPUS Nº 567.382 - RS (2020/0070842-5)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : JAIR ALVES PEREIRA
ADVOGADO : JAIR ALVES PEREIRA - RS046872
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A REGIÃO
PACIENTE : JOAO MARCELO DA COSTA KING (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra decisão monocrática que indeferiu liminar no *writ* de origem (fl. 68).

Narram os autos que o paciente foi condenado à pena de 4 anos e 3 meses e 20 dias de reclusão, em regime semiaberto, em razão da prática do crime previsto no art. 312, *caput*, do Código Penal, tendo sido efetivada a prisão em 16/3/2020.

Impetrado *writ* na origem, a liminar restou indeferida.

Daí o presente *mandamus* no qual a defesa sustenta constrangimento ilegal uma vez que o paciente *está preso por ordem de juiz incompetente e contra os termos a que foi condenado, cumprindo pena em regime fechado enquanto deveria estar no semiaberto* (fl. 10).

Requer, liminarmente e no mérito, a superação da súmula 691 do STF, de modo revogar a prisão do paciente, com a imediata expedição do alvará de soltura.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, alega a defesa que o paciente sofre constrangimento ilegal decorrente da determinação de expedição de mandado de prisão por juízo incompetente, sustentando que não cabe ao Juízo de execução federal tratar da execução da pena, pois a competência seria da Justiça estadual, na forma da Súmula n. 192 do STJ. Aponta, ainda, constrangimento ilegal na expedição de mandando de prisão, pois incompatível com o regime semiaberto.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal a quo, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

Extrai-se dos autos que o Juiz de primeiro grau determinou a expedição de mandado de prisão em desfavor do paciente para fins de cumprimento da pena imposta, nos seguintes termos (fl. 12):

JOÃO MARCELO DA COSTA KING foi condenado, nos autos da Ação Penal nº 5003619-20.2014.4.04.7110, à pena de 02 (dois) anos e 07 (sete) meses de reclusão, acrescido do aumento de 2/3, estabelecendo pena final em 04 (quatro) anos, 03 (três) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, decorrente da continuidade delitiva. em razão da prática do crime previsto no artigo 312, caput, do Código Penal.

Considerando que o condenado não teve a pena privativa de liberdade substituída, expeça-se o competente mandado de prisão em desfavor de JOÃO MARCELO DA COSTA KING, com prazo de validade até 21.08.2027. tendo em vista o trânsito em julgado para a acusação em 22.08.2019 e o prazo prescricional de 8 (oito) anos, nos termos do art. 109, inciso IV, do Código Penal.

Encaminhe-se o mandado à Delegacia de Polícia Federal e à Brigada Militar, incluindo-o no Banco Nacional de Mandados de Prisão.

Oficie-se anualmente aos órgãos policiais solicitando informações sobre o cumprimento do mandado de prisão.

Decorridos trinta dias sem informação sobre o cumprimento da ordem de prisão, altere-se a situação de parte para "condenado foragido".

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Em seguida, o Juiz Federal manifesta sua incompetência executar a pena privativa de liberdade (fl. 25):

O apenado JOÃO MARCELO DA COSTA KING foi recolhido, na presente data, ao Presídio Regional de Pelotas/RS, conforme informado no ofício anexado no evento 13 - OFIC1, para cumprimento da pena privativa de liberdade objeto desta execução penal.

A competência para executar a pena privativa de liberdade em estabelecimento carcerário administrado pelo Estado, ainda que imposta por Juízo Federal, é da Justiça Estadual.

Nesse sentido o pacífico entendimento jurisprudencial, cristalizado na Súmula nº 192 do Superior Tribunal de Justiça:

"Compete ao Juízo das Execuções Penais do Estado a execução das penas impostas a sentenciados pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos à administração estadual."

Diante disso, DECLINO da competência para a execução da pena privativa de liberdade imposta ao condenado JOÃO MARCELO DA COSTA KING em favor do MM. Juiz de Direito da Vara de Execução Criminal Regional de Pelotas/RS.

Por conta disso, não conheço do requerido na petição do evento 11, devendo o requerimento ser apresentado ao Juízo competente para deliberar sobre a forma de execução da pena privativa de liberdade.

Expeça-se, com urgência, a competente Guia de Recolhimento, remetendo-a ao Juízo declinado e à autoridade administrativa, na forma do art. 343, §1º, alínea "a", da Consolidação Normativa da Corregedoria-Regional da Justiça

Federal da 4ª Região.

Providencie-se a baixa do mandado no Banco Nacional de Mandados de Prisão.

Altere-se a situação do apenado para 'condenado preso - Justiça Estadual'.

Impetrado *writ* na orgiem, o pedido liminar foi indeferido nos seguintes termos (fl. 68):

Em juízo de liminar, não vislumbro configurada a presença dos requisitos para a sua concessão, o que deverá ser examinado quando do julgamento do próprio habeas corpus.

Ademais, os argumentos postos na inicial demandam o exame de matéria de fato, o que é inviável na via estreita do habeas corpus.

Dessa forma, indefiro a medida liminar.

No caso, o Juízo federal reconheceu sua incompetência para tratar do pleito de harmonização do regime prisional, haja vista ser de competência da Justiça estadual.

Assim, a tão só determinação de expedição de mandado de prisão não configura usurpação de competência da esfera estadual, apenas trata de dar início ao cumprimento da pena, não havendo que falar, portanto, em nulidade da decisão nesse ponto.

Além disso, consoante a jurisprudência desta Corte *o enunciado n. 192 da Súmula do STJ se restringe aos casos nos quais o sentenciado já estava cumprindo pena em estabelecimento prisional estadual* (CC 156.747/BA, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25/04/2018, DJe 11/05/2018). No mesmo sentido:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS VINCULADOS A TRIBUNAIS DISTINTOS. EXECUÇÃO DE PENA. PRISÃO EM CUMPRIMENTO DE MANDADO EM COMARCA DIVERSA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO DO LOCAL EM QUE FOI PROFERIDA A SENTENÇA CONDENATÓRIA DEFINITIVA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 192 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. FIXAÇÃO DE TERCEIRO JUÍZO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. O presente conflito negativo de competência deve ser conhecido, por se tratar de incidente instaurado entre juízos vinculados a Tribunais distintos, nos termos do art. 105, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal - CF. 2. "A Terceira Seção desta Corte Superior orienta-se no sentido de que o cumprimento do mandado de prisão do Apenado em Estado da Federação diverso daquele onde foi processado não implica deslocamento da competência, sendo aplicável o disposto no art. 65 da Lei de Execuções Penais, que consagra ser competente o Juiz indicado na lei local de organização judiciária ou, na sua ausência, o que proferiu a sentença condenatória" Precedente: CC 161.783/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ,

TERCEIRA SEÇÃO, DJe 14/12/2018.

3. "Ressalte-se que o enunciado n. 192 da Súmula do STJ se restringe aos casos nos quais o sentenciado já estava cumprindo pena em estabelecimento prisional estadual" Precedente: CC 156.747/BA, TERCEIRA SEÇÃO, de minha relatoria, DJe 11/5/2018.

4. O cumprimento da execução penal deve levar em conta não apenas as conveniências pessoais e familiares do preso, mas também os da Administração Pública, sendo condicionada à transferência legal, com prévia consulta de existência de vagas e anuência do Juízo consultado. 5. A jurisprudência da Corte tem admitido a declaração de competência de terceiro juízo, estranho ao conflito. Precedente: CC 142.934/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 30/11/2015.

6. Conflito conhecido a fim de determinar que a pena fixada pelo Juízo Federal da 1ª Vara de Umuarama - SJ/PR, o suscitado, deve ser executada pelo Juízo de Direito designado para as execuções penais da Comarca de Umuarama/PR, conforme lei de organização judiciária do Estado do Paraná. (CC 167.064/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2019, DJe 06/09/2019)

AGRAVO REGIMENTAL EM CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PENA APLICADA PELA JUSTIÇA FEDERAL. CUMPRIMENTO EM ESTABELECIMENTO ESTADUAL. PROGRESSÃO DE REGIME PARA O ABERTO. MANUTENÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 192 DO STJ.

1. A execução penal compete ao Juiz indicado na lei local de organização judiciária e, na sua ausência, ao da sentença. Sem ferir o art. 109 da CF/88, o verbete n. 192 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça excepciona referida disciplina, nos casos em que o apenado, condenado pela Justiça Federal, encontrar-se em estabelecimento penitenciário estadual.

2. Transferida, de início, para a Justiça Estadual a competência para o processo de execução penal, em virtude da permanência do condenado em estabelecimento penitenciário estadual, tem-se que a competência não se transfere de volta, automaticamente, pela simples progressão a regime no qual não seja mais necessário o encarceramento. Precedentes.

3. Admitir que a progressão remeta os autos à Justiça Federal e a regressão os devolva à Justiça estadual geraria desnecessário tumulto à execução penal.

4. Mantida, assim, a competência do Juízo de Direito da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas da Comarca de Foz do Iguaçu/PR, ora suscitado, para dar continuidade à execução de pena imposta pela Justiça Federal, mesmo após a progressão de regime para o meio aberto.

5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no CC 164.523/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/04/2019, DJe 13/05/2019.)

Por outro lado, *nada impede a expedição do mandado de prisão, que*

Superior Tribunal de Justiça

também ocorre para condenado em regime intermediário, para o início do cumprimento da pena (AgRg no REsp 1814568/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 23/09/2019).

Desse modo, não se verifica, na hipótese, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, cabendo ao Tribunal de origem a análise da matéria meritória.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator